

CONSTRUÇÃO DO SABERES ESCOLARES GUARANI: uma unidade didática reformulada pelos professores indígenas da escola Mbya Arandú

Glaucia Pereira do Nascimento

Heloisa Bittencourt Menon

Resumo

Dentro do contexto da Educação Indígena, muito já foi conquistado com os aparatos de lei como a de nº9394/96, garantindo um ensino bilíngue e que contemple a interculturalidade. Porém ao se adentrar na realidade das escolas se observa que muito ainda deve ser avançado, como garantia de valorização cultural e infraestrutura adequada que contemple materiais integradores. Essa afirmação se dá porque esse artigo está pautado no contexto da educação escolar da escola Mbyá Arandú, aldeia indígena Araçaí com sujeitos Guaranis localizada no município de Piraquara. Assim que foi pensando na elaboração de uma unidade didática que contemple demandas próprias da escola que entra em contraponto aos materiais fornecidos pelo Estado que propaga visões extirpadoras de identidades e abafamento da real vivência indígena.

Palavras-chave: educação indígena; Guarani; unidade didática.

Introdução:

A luta da população indígena no Brasil em busca da efetividade das garantias constitucionais é permanente. No campo educacional, depois de recorrentes lutas e reivindicações dos movimentos indígenas, a Educação Escolar Indígena é garantida na Constituição Federal 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9394/96 e possibilitou a esses sujeitos uma maior visibilidade.

Porém, para que essas leis sejam de fato efetivadas nas escolas ainda tem muito caminho a ser percorrido, a começar pela necessidade da elaboração de um currículo específico e materiais didáticos que contemplem os conhecimentos tradicionais dessas populações, suas formas próprias de organização social, suas simbologias, culturas, tradições e saberes.

De acordo com Censo Escolar 2015, realizado pelo Ministério da Educação (MEC), um pouco mais da metade (53,5%) das escolas indígenas do Brasil têm material didático específico. Esses números demonstram que situação é extremamente preocupante, não é raro as escolas não terem acesso a materiais didáticos voltados para os indígenas, soma-se a isso, que os livros didáticos enviados para as escolas em sua maioria não apresentam a língua própria da

comunidade, as vezes estão em outra etnia e ainda, não trazem elementos que faça sentido e abordem as experiências dos alunos indígenas¹.

Os livros didáticos abordam a temática indígena apenas em pequenos trechos fazendo referência quase sempre no contexto da colonização, apresentam uma ideia generalista sobre as populações indígenas que não levam em conta as particularidades de cada etnia difundindo uma visão preconceituosa e estereotipada que não condizem com a realidade dessas populações.

Diante desse contexto, a emergência de materiais didáticos construídos pelos próprios professores das escolas indígenas que focalizam a cultura e simbolismos próprios da cultura e dialoguem com a realidade dos alunos é essencial para que se faça valer uma educação pautada na pluralidade cultural e na valorização dos conhecimentos indígenas.

Esse artigo tem como foco a etnia Guarani, que é um dos três grupos indígenas presentes no Paraná junto com os Kaingang e os Xetás, e uma das aldeias desse povo está localizado à 50km de Curitiba, na região de Piraquara, chamada Aldeia Araçaí em qual tem aproximadamente 20 famílias residindo no local. A pesquisa será aplicada e construída com a equipe pedagógica da escola do local, no qual é denominada Mbya Arandú, onde o objetivo será construir uma unidade didática que se articule uma horizontalização e diálogo entre os diversos conhecimentos.

Assim, o objetivo deste artigo, ainda em andamento, é apresentar os procedimentos e metodologia de construção de uma unidade didática no contexto de território e territorialidade a ser aplicada nessa comunidade indígena.

Uma unidade didática reformulada pelos professores indígenas da escola Mbya Arandu:

Formalizando o direito aos seus territórios e suas amplitudes culturais, as escolas indígenas bilíngues interculturais tornou-se um instrumento de resistência dos movimentos supressórios pós-modernos. **Após sucessivas lutas e reivindicações as populações indígenas adquiram o direito de possuir essa educação escolar específica.** A Constituição Federal de

¹ AGENCIA BRASIL. *Quase metade das escolas indígenas não tem material didático específico*. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-04/quase-metade-das-escolas-indigenas-nao-tem-material-didatico-especifico> Acessado em: 26/09/2017.

1988 rompeu com a ideia de homogeneização cultural e proporcionou uma série de direitos e garantias:

Art 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Diante desse contexto, o debate em torno da educação escolar é ampliada garantindo legalmente educação específica e diferenciada, reconhecendo o uso de línguas maternas e processos próprios de aprendizagem (Art. 231 e Art. 210, § 2º, BRASIL, 1988) e cabe ao Estado proteger as manifestações culturais dessas comunidades.

A partir desse contexto, outros dispositivos institucionais visando à normatização de uma educação escolar diferenciada foram estabelecidos. Posteriormente a constituição de 1988, as comunidades indígenas também passam a ser contempladas em outras legislações educacionais, a exemplo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN (Lei Nº 9.394/96), que assegura que:

O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisas, para oferta de Educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos: I – proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências. (BRASIL, 1996).

Soma-se a LDBEN, a implementação do Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (1998) e a Coleção de livros didáticos do Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (1998).

Como afirma Menezes (2005) essas conquistas no âmbito da legislação proporcionaram a reflexão de dois pontos. Primeiramente o Estado teve que quebrar a visão assistencialista e reconhecer a educação escolar indígena como um direito e deste modo, criar políticas educacionais objetivas que visem atender as especificidades dessas populações. Além disso, as comunidades indígenas passaram a questionar e pensar ainda mais a forma que se estabelece a educação escolar em seus territórios.

Mesmo com os aparatos de lei que assegura constitucionalmente que o Estado disponibilize apoio financeiro e liberdade para a própria equipe pedagógica construir o currículo de acordo com as próprias especificidades da comunidade, ainda se apresenta na prática muitas falhas e contradições. Isso se reflete na fala de um professor da etnia Kaxinawá que em entrevista relata que os alunos indígenas da aldeia tinham desaprendido sobre a própria língua

e história, e a sua justificativa para tal adversidade foi: "É que ele frequentou a escola". Apresentando que o processo histórico de apagar identidades e os territórios dos indígenas ainda não foi superado.

Então mesmo com as conquistas legislativas alcançadas os desafios para a efetivação de uma escola que atenda as especificidades indígenas ainda são muitos. As comunidades indígenas implementaram disciplinas específicas sobre os conhecimentos tradicionais em seus currículos. Entretanto, em grande parte das comunidades indígenas que possuem escolas, os professores encontram dificuldades para colocar o ensino em prática.

Um dos motivos é devido à falta de materiais didáticos que contemplem a cultura indígena. Infelizmente os livros didáticos que são os materiais mais comumente utilizados nas escolas são produzidos baseados em uma homogeneização etnocentrista e não inclui a diversidade cultural existente no país.

Os livros didáticos específicos para as escolas indígenas que são fornecidos pelas secretária da educação ainda não são realistas e adequados a condição cultural e social das comunidades. Os materiais em geral não são elaborados pelos próprios professores indígenas, portanto as tendências colonialistas são observáveis na sistematização dos conteúdos. Se constrói percepções reducionistas das representações desses sujeitos nos materiais, perpetuando visões eurocêntricas e por vezes ignorando a contemporaneidade dos mesmos.

Segundo Fernandes (1993) a visão hegemônica etnocentrista distorce a imagem do indígena e constrói falsas ideias do que é ser indígena. As comunidades indígenas quando abordadas nos livros didáticos estão carregadas de preconceitos, apresentam um indígena selvagem e cruel ou então puro e inocente, ambos carregados de estereótipos que não mostram a real realidade vivida por ele. Concordamos com Fernandes (1993) que os indígenas são invisibilizados perante a sociedade e existe um interesse de manter esse desconhecimento, pois não conhecendo seus saberes tradicionais, cultura, costumes, sabedoria e as memórias existentes por esses grupos, os indígenas se mantêm como inferiores aos grupos brancos no patamar de privilégios, ou seja, na lógica colonial.

Deste modo, percebe-se que os livros didáticos que as escolas indígenas recebem não estão contextualizados com a realidade da comunidade. Deste modo, os alunos indígenas aprendem conteúdos do qual não se identificam, pois não fazem parte da sua realidade, ou seja, não conhecem a sua própria história, mas a do outro.

Deste modo, em contraposição a esses livros didáticos oferecidos as comunidades indígenas, decorre a necessidade da produção de materiais didáticos específicos que contemplem as realidades vividas pelas comunidades indígenas e que propõem rupturas dessas abordagens equivocadas sobre a história e vivências dessas populações.

Tais dificuldades do ensino escolar têm sido encontradas na comunidade Guarani Araçaí que possuem a instituição escolar Mbya Arandú em seu território, localizada no Município de Piraquara, no Estado do Paraná.

Segundo alguns professores dessa escola se diz que é aplicado de forma efetiva o método do bilinguismo, os professores Guaranis fizeram um magistério que os habilitou a dar as aulas de línguas específicas. Foi informado que o projeto pedagógico ainda é muito superficial pois tem uma demanda de materiais específicos que sejam coerentes com o modo de vida da comunidade.

Os livros didáticos que são parte dos instrumentos didáticos quase não são utilizados nas atividades escolares com os alunos, justamente pelo material não ser adaptado de acordo com a visão Guarani, do modo que eles compreendem a natureza e a sociedade, e mesmo que seja necessário empregar a interculturalidade é mais lógico atender as necessidades parte da realidade deles. Ai se encaixa uma indagação, esses livros específicos querem passar o conhecimento para quem?

Acreditamos na importância de se refletir sobre os saberes escolares na perspectiva dos povos indígenas. Através do presente estudo pretendemos mostrar que os saberes tradicionais contribuem para a construção dos saberes escolares e que isto é um elemento muito importante para o a comunidade.

Justificativa da construção da proposta:

Foram realizadas reuniões com alguns professores da escola Mybá Arandú com o objetivo de formular propostas e ideias dentro do contexto da problemática discutida nesse trabalho. E não foi um questionamento pensando e trazido para a escola, mas sim uma problemática já existente e que já estava sendo discutida pelo corpo docente, e então me inseri nessa discussão que já estava em andamento.

A comunidade indígena faz da escola um espaço de (re)existência, e o material didático produzido pelos próprios professores atuantes nesse espaço, em nosso entendimento, colabora com a consolidação da sua identidade, desmitificando os indígenas como a uma figura lúdica e

apresentado nos livros didáticos como algo desconhecido, isolado, que apenas formou o povo brasileiro. E não evidencia que as comunidades indígenas mantêm/reformulam a sua cultura e estão construindo a sua história contra hegemonia colonialista, ou seja, estão criando e recriando meios de sobrevivência para não ser aniquilados da sua própria história e lutam por um reconhecimento que a séculos vem sendo negado.

Tendo em vista essa reflexão, foi pensando em uma metodologia que se pautasse na construção de um material com interação direta aos sujeitos da comunidade que contribuísse a apropriação e revalorização dos conhecimentos Guarani, em contraste aos postulados limitados e contraditórios postos pelo Estado às escolas indígenas.

Então de início foi realizada uma visita na comunidade para apresentar a ideia do trabalho e a sua possível contribuição para a escola Mbya Arandú, questionando ao corpo docente se essa problemática de matérias específicas existia e como poderíamos construir propostas de trabalho que pudesse suprir uma parcela dessa necessidade.

Então entre reuniões eventuais com os professores da escola, se partiu de um ponto aonde se existia uma maior necessidade de contribuição para viabilização de propostas de matérias e trabalhos para que os professores aplicassem a seus alunos. Foi conversado sobre a dificuldade expressiva em desenvolver planos de aulas para as séries entre 6º ao 9º ano, que fazem parte de uma única turma, e é trabalhado com esses alunos em conjunto.

Como o foco desse estudo é a Geografia pois é a ciência que nos compete em formação acadêmica, foi afunilado o objeto de estudo para essa disciplina e então aos professores que trabalham com ela em sala de aula e a essas séries em qual ela é efetivamente estudada. Já que os anos iniciais (1º a 5º série) estão mais focadas a alfabetização bilíngue, com aulas ministradas pelos próprios professores indígenas.

As conexões dessa pesquisa e seu alcance a escola se dá desse modo: primeiro diálogo e desenvolvimento de materiais entre nós acadêmicas de geografia da UFPR com professores que lecionam geografia na escola, até aí se limita o nosso impacto direto nesse trabalho. Pois o impacto indireto esperado dessa proposta está restrito aos professores que irão usufruir dos resultados desse trabalho, que foi construído em conjunto anteriormente e assim aplicando a sua rotina dentro da sala de aula. Isto é, utilizando das atividades elaboradas na unidade didática que contemplam a realidade dos alunos daquela comunidade, por meio do material sistematizado que está pensando para a viabilização e facilitação da relação disciplinar de professores e alunos.

Ainda está em processo de desenvolvimento a unidade didática que sistematize os conteúdos no ponto de vista do conhecimento autóctone dos Guaranis da comunidade Araçaí, levando em consideração a visão cosmológica e sistêmica que eles concebem sobre os temas relacionados a Geografia. A programação para a parte prática do desenvolvimento desse trabalho está programada para o mês de outubro, portanto o foco desse artigo se dá na metodologia de construção dessa proposta e a problematização da escassez de materiais que considerem os guaranis em sua formulação.

Para tanto, me foi emprestado os livros que são concedidos pela secretária da educação para a escola, para que os professores usem em sala de aula, e com esses livros pude fazer a análise aos conteúdos percorridos no âmbito de geografia. Verificando de que forma essa ciência é construída e com que olhar se pressupõem que ela deve ser ensinada ao público alvo, os alunos, e como se entra na discussão paradoxal de um Estado que cria leis em proteção e revalorização da educação indígena específica mas que não fornece aparatos e nem condições adequadas para que isso ocorra.

Foi aclarado que o ideal seria fazer esse processo de reavaliação dos conteúdos com todos os livros de todos os anos e de todas as matérias, pois eles carecem de temas coerentes com o método de trabalho dos professores. Pois as outras disciplinas contempladas dentro do currículo como matemática, história, ciências naturais, entre outros, também não considera a realidade vivenciada na vida prática dos alunos que estão inseridos e se desenvolvendo no modo de vida próprio da aldeia, seus conteúdos expostos estão distante da cosmologia parte da cultura indígena e nem fazem essa ligação, distanciando e muito daquilo que pode ser de fato o aprendizado contextualizado com o sujeito que está aprendendo.

Se o aluno não identifica essas conexões em sua realidade vivenciada, menor será a assimilação do que é repassado. Ainda mais quando se percebe que sua origem, sua forma de enxergar os processos culturais, naturais, são ignorados e tidos como inexistentes nesses livros. Sim, sua origem não se limita aos europeus que “descobriram” e encontraram um povo em um “novo continente”, se dando a ideia que começa aí a existência dos indígenas na história, que por sinal, é a história dos colonizadores e não dos outros povos, e é a linha ensinada majoritariamente nas escolas em geral.

Porém essa visão colonialista não é a história de seus ancestrais, do início dos processos de ocupação de suas sagradas terras, em uma escala local, se mantendo encoberta e não

contemplada nesses livros que deveriam fortalecer o processo de conhecimento e valorização do sujeito sobre sua própria etnia.

Por isso a real demanda desse material de saberes readaptados, que não é um saber novo mas sim secular, que não foi considerado e citado de forma objetiva nos livros. Assim se torna uma muleta para que os professores usem de fato nas aulas cotidianas da escola.

Que possa ser um aparato para a preservação e atualização dos saberes Guarani, feito dentro de sua visão, totalmente para eles, mas que também não excluam a ciência que é tida como a formal e divulgada nas escolas dentro das cidades, preparando o sujeito indígena a sua inserção nesse contexto se assim for seu objetivo, para não ser inferiorizado por não ter domínio aos postulados do conhecimento inerentes no contexto das cidades.

A escola Mybá Arandú vai somente até o ensino fundamental, então aquele aluno que for ao ensino médio necessita ir a cidade para estudar, lugar onde as interações e o modelo de aula se processam de modo diferenciado do cotidiano da aldeia. Assim se torna fundamental essa interculturalidade prévia na escola indígena, com contrapontos da ciência formal e com a ciência Guarani, assim o aluno se reafirma etnicamente, tem propriedade de sua cultura e da valorização do conhecimento própria dela, mas também apto nas linguagens desse diferente espaço.

Metodologia:

Assim como esclarecido que o ideal seria fazer a sistematização com todas as disciplinas, da mesma forma seria de fazer com todos os conteúdos contemplados nos livros de Geografia. Mas se tratando de uma pesquisa limitada e com poucos recursos, se torna necessário fazer um recorte dentro da Geografia do que é mais urgente ser retrabalhado nos livros.

Foi definido junto com os professores que daríamos foco ao eixo Terra e Territorialidade, por ser um tema que adentre desde a 6º ao 9º ano, assim conseguindo trabalhar com mais diversidade e tornando o material mais completo.

Os livros de geografias dessas séries que são fornecidos pela Secretária da Educação é o Expedições Geográficas, da editora Moderna¹. A mesma coleção de livros que é utilizada em outras escolas nas cidades. Aí já consta que não se é dado assistência em materiais coerentes ao Guarani.

Como exposto, o tema foi delimitado tendo em vista ser um conteúdo comum que se aplicava a todas as séries. A seguir listaremos os capítulos desses livros em quais esses

conteúdos serão reformulados e contemplados nessa sistematização na unidade didática, e que se encacham na abordagem da Terra e Territorialidade, justamente por ser um eixo abrangente.

No livro dos 6º anos:

- Cartografia. Página 48.
- Hidrografia. Página 158.
- Vegetação. Página 188.
- Extrativismo. Página 206.
- Agricultura.

No livro dos 7º anos:

- O imaginário social sobre os indígenas. Página 25.
- Unidades de conservação. Página 32.
- Brasil: diversidade cultural e os afro-brasileiros. Página 66.
- O espaço agrário e a questão da terra. Página 98.

No livros dos 8º anos:

- Clima e vegetação. Página 90.
- A conquista da América pelos Europeus. Página 98.

¹ ADAS, M. S. **Expedições Geográficas. 6º ao 9º**. Editora Moderna, São Paulo, 2015

Dentro desses capítulos selecionados, em conjunto com os professores que dão aula de Geografia para essas respectivas séries, será reformulado esses conteúdos de forma integradora ao conhecimento Guarani, desenvolvendo atividades sobre essas temáticas, discussões, e colocando pontos importantes nos quais os indígenas da aldeia julgarem essenciais serem abordados. Tendo em vista que é um material para eles o fundamental é que sua perspectiva sobre os temas estejam visíveis nessa unidade didática.

Tendo a atenção especial ao capítulo intitulado “A conquista da América pelos Europeus” aonde já se vê somente pelo título a tendência colonialista, ao usar o termo “conquista”, passando a ideia equivocada aos alunos usuários desse material de superioridade/inferioridade, entrando em choque quando em especial um aluno indígena se depara com isso, lhe passando uma visão distorcida sobre sua cultura e sua identidade. Disso se acompanha outros pressupostos como o da “descoberta”, quando na verdade a América já era densamente povoada pelos povos indígenas e então foi invadida por esses visitantes.

Outra temática interessante em desenvolver atividades e para melhor compreensão aos alunos sobre sua terra e territorialidade é a introdução na linguagem cartográfica, elaborando atividades que faça sentido para o entendimento delas sobre os elementos significativos observados em sua volta. Construção de mapas sociais que elenquem os outros eixos dos outros capítulos como a vegetação, hidrografia, cultura, etc.

Então o resultado final será essa unidade didática com esses conteúdos reformulados e sistematizados para que o professor quando for trabalhar com seus alunos Geografia tenha um material adequado, que lhe forneça opções de atividades coerentes ao seu público. Pois como foi relatado, os professores sentem dificuldades em ter que usar da criatividade para elaborar as aulas, pois os livros não são utilizados por serem pautados nas visões homogeneizadoras colonialistas, sem direcionamento de atividades que trabalhem com a visão da cosmogonia Guarani, sem aproximação da realidade da vida dos indígenas estudantes da escola.

Considerações Finais:

Depois de histórias lutas a educação escolar indígena obteve diversas conquistas constitucionais que reconhecem uma educação específica e diferenciada, e mesmo sendo realizadas alterações na Legislação ainda tem muito a se percorrer nas propostas educacionais indígenas. Nesse sentido, tem extrema importância à implementação de uma Educação Indígena

como forma de evidenciar valores étnicos, tradições, saberes e o respeito a esses grupos, bem como possibilita a conscientização dos alunos da escola sobre a sua origem e etnicidade. Pois, na prática, existe uma grande insuficiência de materiais específicos disponíveis para essas populações.

Dentre os entraves, é a existência de materiais didáticos que não levam as particularidades dos indígenas e difundem uma visão preconceituosa e estereotipada que não condizem com a realidade dessas populações. Tais dificuldades do ensino escoar foram identificadas pelos professores na escola Mbya Arandú que diante desse contexto, estão no processo de construção de uma unidade didática na área de cartografia a ser aplicada na comunidade Araçaí.

Visto que o trabalho ainda está em andamento, não podemos mensurar o alcance da unidade didática desenvolvida, entretanto, a partir das reuniões realizadas junto aos professores da escola, os professores se mostraram bastante envolvidos e confiantes com o trabalho em prol da educação escolar indígena.

Dentre os resultados esperados, pretendemos que a unidade didática contribua de modo significativo com a prática pedagógica desejada pelos professores e consiga abordar o conteúdo despertando interesse aos alunos e contemplem as necessidades da comunidade. Reforçamos ainda a importância dos professores serem protagonistas na elaboração dos materiais didáticos, a partir da sua participação, é possível traçar conteúdos a partir das suas verdadeiras realidades.

Dessa forma, a elaboração de unidades didáticas torna-se também um instrumento de luta por uma educação diferenciada, demonstra que a escola deve contemplar a diversidade cultural existente no país e ser um ambiente onde o aluno indígena seja respeitado e atenda às suas especificidades.

Ademais, ressaltamos que não basta o Estado por meio de legislações reconhecer o direito da uma educação diferenciada para essas populações, para que isso se torne efetivo é necessário proporcionar condições para a sua concretização através da elaboração de materiais didáticos específicos, e ainda, fazer com que as próprias comunidades indígenas sejam protagonistas nessas elaborações.

Só assim haverá a superação dessa visão estigmatizada sobre os indígenas e a existência de fato de uma educação intercultural que contemple a realidade parte da etnia Guarani, onde o modo particular de entender o espaço e as relações estabelecidas nele sejam prioritárias no saber escolar indígena.

Referências Bibliográficas

FERNANDES, Joana. **O índio: esse nosso desconhecido**. Cuiabá: Ed. UFMT, 1993.

SILVA, R. Phábio. **A (in)visibilidade indígena no livro didático de história do ensino médio**. XVI – Encontro regional de história – ANPUH Rio – 2014. Disponível em: http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400212166_ARQUIVO_Phabio_Rocha.pdf Acessado em: 01/09/2017.

TROQUEZ, C.C. Marta. **Materiais didáticos para a/na educação escolar indígena**. XVI ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino - UNICAMP - Campinas – 2012. Disponível em: http://www.infoteca.inf.br/endipec/smarty/templates/arquivos_template/upload_arquivos/a_cervo/docs/2996p.pdf Acessado em: 01/09/2017.

CAVALHEIRO, R.M.; COSTA, F.L. **A temática indígena no livro didático**. Unicentro. Disponível em: <<http://taquiprati.com.br/cronica/1059-desaprendendo-na-escola>>. Acesso em: 20/05/17:

SAMPAIO, N. Y. D. **Povos indígenas e o estado brasileiro: Uma leitura cultural e política através da vivência com o povo Guarani Mbyá da comunidade Araçaí, Piraquara-PR**. UFPR, Curitiba, 2012.